



Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho profissional

A POLÍTICA NACIONAL DE DOAÇÃO DE SANGUE, SERVIÇO SOCIAL E CAPTAÇÃO DE DOADORES NO INTERIOR DO AMAZONAS: UM ESTUDO SOBRE OS SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO DE DOADORES DE SANGUE NA CIDADE DE PARINTINS-AM

WALLACE SANTOS BATISTA¹
GLADSON ROSAS HAURADOU²

Resumo: Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada no município de Parintins-AM no ano de 2016, que objetivou investigar a captação de doadores de sangue. Realizou-se pesquisa de campo na Unidade de Coleta e Transfusão de Sangue Dr. Amilcar Monte Rey, de natureza quantitativa e qualitativa. Diante disso, buscou-se analisar os desafios e as possibilidades nos serviços de captação de doadores de sangue mediada pelo Serviço Social, a fim de saber quais são as ações tomadas para captar doadores, assim como conhecer visão dos doadores e de não doadores sobre os serviços de captação e a doação de sangue.

Palavras-chave: Serviço Social; Captação de Doadores; Doação de Sangue.

Abstract: This work is the result of a survey conducted in the city of Parintins-AM in the year 2016, which aimed to investigate the uptake of blood donors. Field research was carried out in the collection and blood transfusion Dr. Amilcar Monte Rey, quantitative and qualitative in nature. Given this, sought to analyze the challenges and opportunities in the services of blood donors mediated by Social services, in order to know what are the actions taken to attract donors, as well as meet the donors' vision and not donors about capture services and blood donation.

Keywords: Social Service; Donor funding; Blood donation.

1. INTRODUÇÃO

Os serviços de hemoterapia são diversos e complexos, é aqui chamado atenção para os serviços de captação de doadores, que consiste em planejamento, sistematização e ações praticas de captação com demasiados públicos (SANDRIN E GOMES, 2014).

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade do estado do Pará. E-mail: <wallacewsb1@gmail.com>

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Amazonas.

A atividade de captação de doadores é de fundamental importância em um Banco de Sangue, pois este serviço garante a manutenção dos estoques de armazenamento das bolsas de sangue, de forma segura, a fim de que não ocorra o impedimento de transfusão de sangue, bem como de cirurgias.

Para que este trabalho de captação de doadores aconteça, as instituições de armazenamento de bolsas de sangue o fazem com a atuação do serviço de captação, que consiste em atividades de caráter informativo e educativo, visando desmistificar tabus sobre a doação de sangue³ e orientar doadores voluntários sobre a coleta de sangue, a fim de manter um estoque abastecido, para atender possíveis e reais demandas.

Os serviços de captação de doadores de sangue são importantes à sociedade, sendo oportunidade de espaço para campo de estágio supervisionado em Serviço Social, neste sentido há uma necessidade de haver pesquisa sobre esta temática na cidade de Parintins-AM, servindo este trabalho de base para outros que podem ser realizados, além de trazer importantes contribuições para a instituição, com resultados que possam sugerir formas de melhorias nos serviços prestados.

Diante disto, este trabalho traz a importância da captação de doadores de sangue, de forma sistematizada, com a realização de um estudo na Unidade de Coleta e Transfusão de Sangue Dr. Amilcar Monte Rey, instituição responsável pela manutenção e distribuição de bolsas de sangue na cidade de Parintins-AM

Vale ressaltar que buscou-se conhecer a instituição mediante pesquisa documental, nos registros da instituição, procurando saber como esta foi implantada em Parintins-AM e como encontra-se atualmente, realizando uma pesquisa sobre a história desta e sua funcionalidade.

Quanto aos serviços de captação foi realizado uma entrevista semiestruturada com o profissional responsável por estes serviços, uma assistente social, com 20 doadores e 20 pessoas não doadoras que aceitaram responder a um questionário com perguntas fechadas, tendo sido aceito por

³ Como questões referentes às consequências após a doação, tais como; redução ou aumento do volume de sangue no corpo, engordar ou emagrecer sem controle, medo de adquirir doenças através do processo de doação de sangue.

estes participar da pesquisa, responderam ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

2. A HEMOTERAPIA NO BRASIL

O ato da doação de sangue é um assunto relativamente novo, dentro da história da saúde no Brasil, contudo, principalmente nas três últimas décadas presenciamos grandes avanços, principalmente no campo científico que decorreram em função de profissionais da saúde desde a primeira metade do século XX estarem trabalhando para isso.

Os primeiros passos para dar avanço datam de 1933, na cidade do Rio de Janeiro, onde neste ano foi fundado o Serviço de Transfusão de Sangue pelos médicos Nestor Rosa Martins, Heraldo Maciel e Afonso Ratto, que aliaram a assistência médica a uma dimensão científica (JUNQUEIRA 2011).

Este pioneirismo impulsionou o desenvolvimento da hemoterapia, pois com os avanços nestes serviços, houve a necessidade de haver especialização na área. Com isso foram realizados eventos e a criação de grupos de pesquisa.

Para Ubiali (2015, p. 23):

Dentre outros fatos importantes que conduziram a Hemoterapia no país, destaca-se o primeiro congresso de profissionais da especialidade, em 1949, a fundação da Sociedade Brasileira de Hematologia e Hemoterapia, em 1950, e, também em 1949, a organização da Associação dos Doadores Voluntários de Sangue do Rio de Janeiro, que se tornou uma entidade nacional defendendo a não remuneração da doação de sangue.

Esses eventos, realizados no final da década de 50 do século XX, foram basilares para a promulgação da lei que regulamenta a coleta de sangue. A lei Nº 1075, de 27 de março de 1950, que já dispõe sobre a doação de sangue voluntária o que mais tarde vai implicar na contratação de profissionais para a captação dos doadores de sangue.

Souza (1998) afirma que, a pouca intervenção do Estado nos serviços de hemoterapia provocava uma liberdade para o surgimento de pequenos e precários Bancos de Sangue privados, que visavam o lucro, onde já havia a realidade de fracionamento de plaquetas e a conservação de sangue.

Com novas demandas surgindo nos serviços de hemoterapia e o Brasil, seguindo a tendência internacional do uso dos produtos hemoderivados para fins medicinais, o Poder Público precisava posicionar-se diante já que se tratava de um caso de saúde pública, pois

hemocomponentes já eram usados em hospitais como recurso mais adequado para determinados tratamentos.

Assim, o Conselho Nacional de Saúde passou a tratar da agenda de discussões acerca da hemoterapia, uma vez que a hemoterapia já era pauta de demandas da sociedade civil e, portanto, estava inserida nas discussões profissionais tendo em vista a constituição de uma política que pudesse reger estes serviços. Ubiali (2015, p. 24) considera que:

Após o golpe militar de 1964, preocupado com a segurança, por não existir reserva hemoterápica no país em caso de um conflito armado, o governo brasileiro instituiu a Comissão Nacional de Hemoterapia (CNH), para promover e executar uma Política Nacional de Sangue, que, apesar de emitir normas tentando disciplinar o setor, não obteve êxito em suas intenções.

As diretrizes que norteavam os serviços de hemoterapia eram a níveis estaduais, pois nessa época ainda comercializava-se sangue. Não havia campanhas para captar doadores voluntários como não havia uma política centralizadora, sinalizando para que fosse criado uma política a nível nacional para melhor regulamentar os serviços de hemoterapia, já pedindo um sistema descentralizado de hemocentro (RODRIGUES, 2012).

Assim como a Política de Nacional de Saúde, que foi constituída mediante lutas sociais nos anos 80, a Política Nacional do Sangue foi desenvolvida também neste período, se tratando de um caso que merecia atenção em função de sua complexidade de serviços para a sociedade civil.

Mas, a Política Nacional de Sangue também enfrentou a tensão polarizada entre os projetos de privatização e de reforma sanitária, pois os Bancos de Sangue privados visavam além do desenvolvimento de pesquisa os lucros, além dos materiais para estes serviços advirem de fábricas privadas.

A partir da criação de leis para a doação de sangue, e tendo entre elas a comum preocupação para que o sangue fosse coletado de forma não comerciável e também com a captação de doadores, prevê-se um trabalho profissional dentro das instituições de coleta de sangue, para os serviços de captação de doadores.

Atualmente, é vedada a comercialização do sangue, em razão da regulamentação dos serviços relativos à hemoterapia. Assim, os trabalhos para a captação de doadores tem uma intenção de fomentar um sentimento de

cidadania, como uma atividade em prol da sociedade, a fim de contribuir com os estoques de bolsas de sangue.

Estes fatos historicamente determinados condicionaram as leis para regulamentação dos serviços de hemoterapia no Brasil, como será abordado no próximo tópico.

3. CONSTRUINDO A POLÍTICA NACIONAL DE SANGUE

A saúde é um direito universal consolidado na Constituição Federal de 1988. Suas diretrizes apontam para o compromisso do Estado em promover políticas públicas que contemple a prevenção e promoção da saúde em todos os seus níveis de atenção.

Neste sentido, criou-se a Política Nacional de Sangue como extensão da Política Nacional de Saúde, da qual o SUS é a maior expressão, tendo em vista preencher as lacunas existentes, entre a doação de sangue, seus componentes e os hemoderivados. Ademais, o desenvolvimento de uma política nacional de sangue coordenada pelo “Estado e a instituição de um sistema nacional de vigilância sanitária com poder fiscalizatório legitimado são elementos essenciais utilizados no Brasil para garantia de sangue em quantidade, qualidade, segurança e em tempo oportuno à população” (SILVA JUNIOR, 2007; COSTA; BACCARA, 2015, p. 333).

Contudo, a conquista de uma política que regulamentasse as ações em torno da doação de sangue e sua utilização fora construída de forma lenta no país. As primeiras literaturas em torno dessa temática apontam as décadas de 1950, com a legalização da doação de sangue por parte dos servidores públicos. Essa lei era carregada de forte apelo ideológico, onde a figura do doador era vista como o herói responsável por salvar muitas vidas⁴.

Em 1965 é criada a lei. 4.701 que dispõe, sobre a doação de sangue e surgem as primeiras medidas de proteção para doador e principalmente para os que recebem o sangue. É criada nessa lei a Comissão de Hemoterapia, a

⁴ Discurso ainda utilizado nas campanhas de doação de sangue atualmente.

qual era responsável pelo cuidado com a utilização do sangue, doadores e receptores..

Apesar da importante conquista que foi o reconhecimento de uma política voltada para doadores, a utilização do sangue, não existia o monitoramento adequado para verificar a qualidade dos sangues doados. Logo, muitos pacientes acabavam recebendo sangue contaminado⁵, os componentes derivados do sangue não eram utilizados em sua potencialidade, fragilizando deste modo às políticas em torno desta temática.

Antes de haver todo um aparato legal e científico para os serviços de hemoterapia eram de forma rude e no sistema de transfusão e coleta realizado ao mesmo tempo ou como era conhecido “braço a braço”, sem previa análise da saúde do doador e nem do sangue a ser transfundido (JUNQUEIRA 2011).

As regulamentações legais para os serviços de hemoterapia ganharam mais avanços com a constituição de 1988 e com a promulgação do Sistema Único de Saúde, pois foi uma das pautas da Reforma Sanitária e foi discutida durante a VIII Conferência Nacional de Saúde, ganhando legitimidade para a criação de uma política central.

Estão presentes no Art. 199 da Constituição Federal de 1988 alguns direitos e deveres sobre os serviços de hemoterapia.

§ 4º - A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização (BRASIL, 1988).

Estes aparatos legais impulsionaram a doação voluntária de sangue, sendo completamente vedada a remuneração. Outra lei que surge depois da Constituição de 1988 fora a Lei de número 9.434, de 4 de fevereiro de 1997 que “Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências”.

Como parte do processo de implementação da Política Nacional de Sangue emerge o programa PRO-SANGUE. Este fora criado em 1980 com o objetivo de disciplinar as ações em torno da doação de sangue, pois as

⁵ Fato que ainda não foi totalmente desconstruído, causando mitos e impondo medo em doadores em potencial.

fiscalizações sanitárias eram débeis, apresentando risco a quem doava e aos receptores dos sangues coletados. A partir desse programa, o tema entrou “efetivamente na agenda política nacional no âmbito da estruturação legal do Sistema Único de Saúde (SUS), com altos investimentos do governo federal nos serviços e posteriormente no sistema fiscalizador” (SILVA JUNIOR; COSTA; BACCARA, 2015, p. 334).

A partir do PRO-SANGUE é criada:

A lei nº 7.649, de 25 de janeiro de 1988, estabelece a obrigatoriedade do cadastramento dos doadores de sangue, bem como a realização de exames laboratoriais no sangue coletado, visando a prevenir a propagação de doenças. Em 09 de agosto de 1989, a Portaria nº 721 aprova as normas técnicas destinadas a disciplinar a coleta, o processamento e a transfusão de sangue total, componentes e derivados em todo território nacional. Encontra-se no texto das normas técnicas que a doação de sangue deve ser voluntária e não gratificada, o doador deve ser submetido a uma triagem clínica no dia da doação, com o intuito de evitar danos decorrentes do ato da doação, e a idade dos doadores deve ser entre 18 e 60 anos (RODRIGUES, 2013, p. 34).

A partir do PRO-SANGUE novas legislações foram criadas no intuito de estabelecer maior organização em torno dos cadastros dos doadores, realização de exames, a fiscalização em torno da venda de sangue por parte dos doadores, pois era comum os doadores exigirem pagamento de suas doações de sangue.

Apesar das fiscalizações buscarem assegurar à população o cuidado na transfusão do sangue, elas ainda não conseguiam intervir na insatisfação devido à contaminação de doenças infecciosas. No Brasil a insatisfação em torno dos rumos da saúde era tema corrente nos movimentos sociais, os quais lutavam pela universalidade do acesso e uma saúde de qualidade para todos.

Em meio a este cenário de mobilização social, a temática do sangue foi posta na agenda de reivindicação da população, a qual exigia maior fiscalização, investimento em pesquisa para assegurar que a saúde de doadores, profissionais e de quem recebia este sangue fosse preservada.

Contudo, somente treze anos depois da promulgação da Constituição Federal que assegurava a todos o direito a saúde de forma íntegra, gratuita,

fora criada em 21 de março de 2001, a Política Nacional do Sangue, por meio da lei 10. 205.

Sobre a questão, Rodrigues (2012, p.23-24) discute que:

A partir de 21 de março de 2001, por meio da lei 10.205, a Política Nacional do Sangue Componentes e Hemoderivados regeu-se, entre outros, pela utilização exclusiva da doação voluntária, não remunerada, do sangue, cabendo ao poder público estimulá-la como ato relevante de solidariedade humana e compromisso social; proíbe a remuneração ao doador pela doação de sangue; estabelece a proteção da saúde do doador e do receptor; e objetiva o incentivo às campanhas educativas de estímulo à doação regular de sangue, à participação e aperfeiçoamento de recursos humanos em Hemoterapia e Hematologia e ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico em Hemoterapia e Hematologia. Também nesta lei, a Política tem por finalidade garantir a auto-suficiência do país nesse setor e harmonizar as ações do poder público em todos os níveis de governo, e será implementada, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), pelo Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados (SINASAN).

A criação da Política Nacional do sangue foi uma importante conquista, pois expressa a preocupação com os doadores, profissionais de saúde, maior investimento nos exames laboratoriais, menos risco de contaminação por doenças infecciosas. “Além desse enfoque, a Lei do Sangue configura um complexo sistema que se organiza em rede, incluindo tanto serviços produtores de hemocomponentes quanto de procedimentos transfusionais” (SILVA JUNIOR; COSTA; BACCARA, 2015, p. 334).

Nesse sentido a política estabelece que se deva promover:

VI proteção da saúde do doador e do receptor mediante informação ao candidato a doador sobre os procedimentos a que será submetido, os cuidados que deverá adotar, as possíveis reações adversas decorrentes da doação, bem como qualquer anomalia importante identificada quando dos testes laboratoriais, garantindo o sigilo dos resultados;

VII obrigatoriedade de responsabilidade, supervisão e assistência médica na triagem de doadores, para avaliação do estado de saúde do doador, na coleta de sangue e durante o ato transfusional, assim como nos atos pré e pós-transfusional imediatos;

VIII direito a informação sobre a origem e procedência do sangue, dos componentes e hemoderivados, bem como sobre o serviço de hemoterapia responsável pela origem destes;

IX participação de entidades civis brasileiras no processo de fiscalização, vigilância e controle das ações desenvolvidas no âmbito dos Sistemas Nacional e Estaduais de Sangue, Componentes e Hemoderivados;

X fiscalização obrigatória, a fim de certificar que todos os materiais ou substâncias que entrem em contato com o sangue coleta do com finalidade transfusional, bem como seus componentes e derivados, sejam estéreis, apirogênicos e descartáveis;

XI segurança na estocagem e transporte do sangue, componentes e hemoderivados, na forma das normas técnicas editadas pelo SINASAN; e XII obrigatoriedade de testagem individualizada de cada amostra ou unidade de sangue coletado, sendo vedada a testagem de amostras ou unidades de sangue em conjunto, a menos que novos avanços tecnológicos a justifiquem, ficando a sua execução subordinada a portaria específica do Ministério da Saúde, proposta pelo SINASAN (BRASIL, 2001, p. 03).

As diretrizes da PNS apontam para o compromisso do Estado com a integridade da saúde da população. Passa-se então a estabelecer um pacto entre a sociedade civil e o Estado. O qual se compromete a estruturar a rede de atendimento, disponibilizar recursos humanos e tecnológicos para maior segurança de quem trabalha e quem recebe as transfusões, destinação correta do sangue, e as atribuições de município e Estado na operacionalização desta política.

Nas três últimas décadas a hemoterapia teve um avanço tecnológico rápido, mais seguro e de maior confiabilidade nos processos de coleta de sangue dos doadores, mas estes avanços não foram somente a partir das leis de regulamentação. Para Junqueira (2011) os avanços no campo da saúde referente aos serviços de hemoterapia ocorreram por causas aleatórias como, por exemplo, o advento da AIDS e por razões econômicas.

Os materiais para a realização da coleta de sangue são altos, as máquinas são para atividades complexas e não fabricadas no setor público, logo, a iniciativa privada gera materiais absorvidos nos serviços de hemoterapia, ficando a cargo do poder público comprar estes aparatos e administrar seu uso (SOUZA 1998).

Hoje os serviços de hemoterapia no Brasil são seguros e seguem as leis de forma a obedecer a doações voluntárias, oferecendo serviços aos doadores e receptores, pois além da transfusão os hemocentros são responsáveis por exames realizados com o sangue do doador.

Hoje os serviços de hemoterapia são complexos. Isto se dá em razão de realizarem pesquisas e oferecem serviços de tratamento para pessoas com doenças relacionadas ao sangue, fracionamento e armazenamento e a qualidade do sangue ser coletado como prioridade, tendo precaução com o sangue que o receptor irá receber.

4. A CAPTAÇÃO DE DOADORES: A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA CAPTAÇÃO DE DOADORES DE SANGUE

A captação na Unidade de Coleta e Transfusão Dr. Amilcar Monte Rey (UCTAMR) é coordenada por uma profissional de Serviço Social. Como vimos destacando, a inserção de Assistentes Sociais nessa área vincula-se à determinação da Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº. 218/1997 profissional habilitado para atuar na saúde. Ou seja este:

[...] é um profissional de saúde, ainda que a sua formação não seja específica desta área, mas os seus instrumentais teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos possibilitam aos profissionais atuarem, com competência, nas diferentes dimensões da questão social e com habilidades de elaborar, implementar, coordenar e executar as políticas sociais, inclusive as da saúde (BRASIL, 2002, p. 23).

Ademais sua formação exige um olhar crítico para a realidade, com noções de gestão e planejamento para projetos de mudanças sociais. Em se tratando do processo de captação de doadores, isto se refere, sobretudo, na desconstrução de mitos e preconceitos que possam interferir na disposição das pessoas para a doação.

[...] hábitos, preconceitos, tendências que nos movem sem que disso nos apercebamos; são tudo aquilo que constitui nossa característica moral. Nascem e vão-se fortalecendo por meio da linguagem, dos gestos, das atitudes; circulam, cruzam-se e influenciam fortemente nas relações sociais (DUKHEIM, 1975, apud TEIXEIRA, 2015, p. 07).

Atentar para esta questão volta-se para a manifestação do olhar crítico atinente às intervenções do Serviço Social. Caminha-se, assim, ao encontro do que nos adverte Rodrigues (2011) ao afirmar que se torna fundamental suscitar e/ou alimentar uma cultura voltada à importância da doação de sangue, por meio da informação, reflexão crítica e discussão de conceitos.

A captação é o coração da instituição, é por meio dela que vem o doador de sangue, então na medida que, o doador de sangue adentra a recepção toda a equipe se mobiliza, então tudo começa na captação, a captação age os demais profissionais agem, tanto que

quando não há doação de sangue, não há serviços (Assistente Social, pesquisa de campo 2016)

A fala da profissional destaca a importância da captação de doadores para o Banco de Sangue que tem decorrido, necessariamente, dos resultados de sua atuação.

Não se pode afirmar que a captação seja a mais importante atividade da UCTAMR, pois esta envolve a mobilização de uma rede de serviços que se complementam uns aos outros propiciando a segurança na saúde. Mas, podemos destacar a captação de sangue como a base fundamental para o alcance dos objetivos da instituição, ou seja, “a captação consiste em conquistar, compreender e apreender, tornar a doação um hábito, costume diário na vida dos brasileiros” (TEIXEIRA, 2015 p.12).

Um ponto importante a ser analisado refere-se ao papel dos veículos midiáticos utilizados para a captação. Em Parintins é cultural e fortemente utilizado os serviços das rádios AM, FM e comunitária, assim como a propaganda em programas de TV da cidade. Para Rodrigues e Reibnitz (2011) as propagandas usam de *Marketing Social* para atrair doadores e são os mais eficazes que panfletagens e palestras. Nesse sentido, questionou-se ao grupo de doadores sobre qual o veículo de comunicação que mais recebem informações acerca das campanhas de captação de sangue. Os dados estão dispostos no gráfico a seguir.

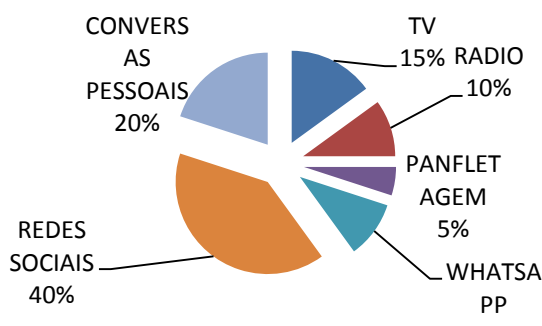


Gráfico 01. Veículo de informação que mais os doadores ficam sabendo das Campanhas

No gráfico em análise, observa-se que as Redes Sociais (da internet) como o Facebook e Instagram tiveram destaque expressivo, tendo estes 40% das afirmações. Atrás estão as conversas pessoais em que a notícia chega de

forma informal, 15% por meio da TV e 10% por meio do rádio e aplicativo de mensagem Whatsapp respectivamente.

Este dado é interessante, pois contraria Lavorat (2015) quando este afirma que a televisão é o maior veículo de comunicação e alcança um grande número de pessoas ao mesmo tempo. Em Parintins a veiculação por mídias e/ou redes sociais foi mais eficaz na última campanha e esse resultado é reafirmado neste estudo.

A doação de sangue exige que sejam levadas em consideração as peculiaridades de cada região, cabendo ao captador conhecer e avaliar as formas de captação adequadas às características da população (local, físicas, ambientais, socioeconômicas, educacionais, políticas e religiosas de determinada comunidade), elementos primordiais para que a sociedade participe da doação de sangue (SANDRIN et al. 2015)

Contudo, os instrumentos mais usados atualmente para a captação de doadores são:

Projetos, mídias sociais e campanhas e uso do telefone, sistematizamos os doadores cadastrados e chamamos por telefone, nas mídias divulgamos os serviços e as curiosidades sobre o Banco de Sangue, As campanhas são os momentos em que o serviço social mais aparece (Assistente Social, Pesquisa de Campo, 2016).

A fala da profissional evidencia o papel a ser desempenhado por quem está à frente do processo. No contexto da captação de doadores se faz necessário usar de toda forma possível de veiculação de informações, devendo o captador ir atrás de espaços para execução de projetos educativos que possam difundir a cultura de doação de sangue em determinada localidade (FARIAS 1995).

Assim, buscou-se saber dos não doadores quais veículos de comunicação estes teriam tomado ciência do Banco de Sangue. Vejamos no gráfico a seguir;

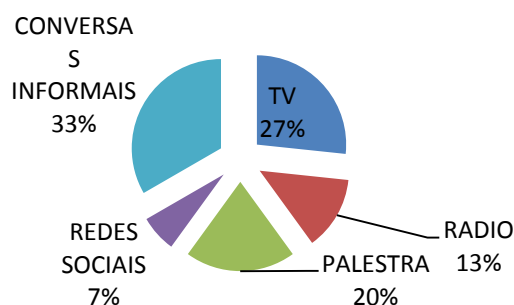


Gráfico 02. Veículo informativo que o não doador tomou conhecimento da UCTAMR

outras formas de acesso à informação. Assim, 33% souberam a partir de conversas informais com outras pessoas, 27% pelas emissoras de TV e 20% através de palestras que participaram na escola. Observe-se que 7% tomaram conhecimento por meio das redes sociais.

Ao detectar que as pessoas conhecem a UCTAMR, mas não doam sangue, duas hipóteses foram formuladas: uma seria a falha na comunicação e outra seria ainda o medo que as pessoas cultivam em relação à doação de sangue. Todavia, entende-se que ambas se complementam. Por outro lado, as intervenções profissionais, no caso do Serviço Social, por meio de projetos podem contribuir com o esclarecimento de modo a desconstruir estereótipos sobre os medos da ação de coleta de sangue.

Como forma de combate aos mitos, medos, preconceitos e estereótipos relacionados à doação de sangue, a profissional de Serviço Social coordenadora da captação da UCTAMR pondera duas formas de realizar ações para desconstrução destes fatos que impedem pessoas de doarem.

De acordo com a profissional:

[As formas de se] [...] combater o preconceito, os mitos que surgem ao redor da doação de sangue, [...] são apresentadas de duas maneiras: a primeira é a questão da sensibilização para a responsabilidade com o outro e ao mesmo tempo, logo em seguida, vem o mecanismo pra isso que é através da educação, com ações

educativas que visam ensinar sobre solidariedade e compromisso com o outro (Pesquisa de Campo, 2016).

Tendo como forma de realizar a captação e simultaneamente combater os preconceitos na doação de sangue, os projetos de cunho educativo são alternativas viáveis, mas são projetos para conquistarem resultados a longo prazo, pois quebrar preconceitos é um trabalho longo e complexo.

Sobre a desconstrução destes mitos, há um trabalho de socialização de informações e de formação de novos doadores intitulado: “Doador do Futuro⁶”. Este projeto fora elaborado pelos estagiários do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (Campus/Parintins), e vem sendo realizado sob a supervisão da profissional de Serviço Social da UCTAMR e coordenadora da captação de doadores de sangue, que visita as escolas para falar sobre doação de sangue.

Para a profissional:

[...] projetos como o doador do futuro, que vai nas escolas, esclarece como acontece tudo isso. Atingir até as crianças às vezes é necessário pra que elas falem, cresçam com essa mentalidade. A *grande questão é a mudança da mentalidade da população*. É porque às vezes acontece que a gente esclarece que doar sangue não engrossa o sangue, não afina, não dá espinha, não engorda, não emagrece. Às vezes a gente esclarece, mas a pessoa não doa porque ela tá esclarecida daquilo. Ela doa porque ela acredita em algo. Ela acredita que aquele ato de solidariedade vá interferir na vida de alguém (pesquisa de campo 2016).

Para a responsável, é preciso tocar na questão da solidariedade, ou seja, as pessoas podem estar esclarecidas sobre o processo de coleta de sangue e suas seguranças, mas não doam por que estão sensíveis à questão.

Para Medeiros (2004) a solidariedade é um fator contribuinte para a sensibilização da população, fator mais usado nos marketings das campanhas, absorvido pela mídia como discurso altruísta, e de certa forma, algo apelativo.

Contar com a “mudança de mentalidade” e a solidariedade das pessoas possui pouca viabilidade, mas que isso é preciso buscar sensibilizar a população para que tome consciência do despertar da criticidade sobre a responsabilidade com outras vidas.

⁶ Sua primeira execução foi em maio e em julho de 2016 em duas escolas da rede estadual

Constatamos, assim, que a captação é um trabalho fundamental e complexo:

[...] Não temos trabalho somente na doação de sangue, em captar o doador, mas fazer com que este doador venha constantemente e também para que Parintins saiba que existe um Banco de Sangue, que Parintins saiba que existe essa necessidade da saúde que é a questão da doação de sangue. Então a partir disso, ficou o objetivo do Serviço Social, sensibilizar a população parintinense para a cultura da doação de sangue com vistas a um quadro de doador de sangue suficiente para a manutenção da segurança social. (Assistente Social, pesquisa de campo 2016).

Com isso há um trabalho voltado para além das veiculações nas mídias, mas também, para a realização contínua de projetos que estimulem pessoas a doarem sangue tendo em vista tornar este ato parte do costume da população de modo a se manter um estoque de bolsas favoráveis à demanda da cidade.

A experiência no estágio possibilitou compreender alguns desafios presentes na instituição que resvalam na atuação da profissional de Serviço Social. Entre eles estão as limitações advindas da gestão municipal. A Prefeitura é o órgão responsável pelos insumos necessários à saúde dos doadores. Tratam-se dos serviços de apoio nas atividades de captação, o pagamento dos recursos humanos e técnicos, os produtos de alimento para o lanche do doador e o transporte das amostras de sangue que vão para capital para os exames de sorologia, razões que impedem de haver a coleta de sangue.

CONCLUSÃO

Nesta investigação pode ser observado que a captação de doadores de sangue está para além de captar doadores em potencial, está em trabalhar para uma segurança dentro da saúde, pois aqueles que precisam de sangue nos leitos de hospitais não tem outra opção, é um produto que somente o ser humano pode produzir e doar.

A captação deve atentar para a manutenção do estoque de bolsas de sangue, pois o mesmo possui prazo de validade e o desprezo de sangue é um fator oneroso para a UCTAMR, além disso, é preciso atentar para os requisitos para ser doador, pois qualquer problema de saúde do doador pode ocasionar graves problemas ao receptor.

A doação de sangue continua sendo um tabu para a sociedade, pois seu trajeto histórico foi marcado por transmissão de doenças e de morte desde os primeiros testes de transfusão de sangue, mesmo com todo o aparato tecnológico e científico que temos hoje, muitos mitos ainda se apresentam forte na sociedade.

Neste contexto, trabalhar com a captação de doadores requer do profissional um olhar voltado para a desconstrução de mitos, medos, preconceitos e estereótipos que rondam a doação de sangue, mas, além disso, saber informar aos doadores em potencial de uma forma que possa haver fácil compreensão contexto este em que se insere o profissional de Serviço Social.

A instituição possui apenas uma pessoa responsável pelo serviço de captação de doadores de sangue, o que expressa a fragilização no processo de adesão de novos doadores, pois para uma melhor prestação de serviços, somente uma assistente social não é viável. Necessita-se, portanto, de uma equipe multidisciplinar com profissionais de pedagogia, psicólogos, sociólogos entre outros que poderiam contribuir com a qualificação não somente da captação como também do estoque do material.

A realização de projetos de cunho educativo já é uma realidade no Banco de Sangue de Parintins, porém os resultados são de longo prazo, uma vez que as execuções destes projetos são fragilizadas, comprometendo a socialização de informações que podem contribuir com o aumento de doadores voluntários. Ademais, são propostas interventivas realizadas por estagiários com ciclo de desenvolvimento limitado ao tempo de supervisão.

Os veículos de informação como Radio e TV não tem apresentado satisfação em relação à divulgação das ações e atividades realizadas pelo Banco de Sangue, uma vez que apenas realizar uma chamada de doação de sangue sem acrescentar a importância dela não consegue atrair um público grande, o que pode fazer as campanhas não atingir sua meta.

A veiculação em programas de Radio e TV podem ser realizadas com um momento de esclarecimento sobre o que é o processo de doação de sangue, seus demais serviços, como a realização de exames do sangue dos doadores, o fracionamento de hemocomponentes.

A UCTAMR é divulgada, mas não em detalhes, sobre como funciona, atendimentos e os serviços que presta à população, isso se torna um dos motivos para pessoas não procurarem a instituição. A realização apropriada de programas de TV e Radio para apresentar a UCTAMR pode contribuir de forma efetiva para os serviços de captação.

A profissional de Serviço Social sinaliza a necessidade de realização de projetos constantemente tendo em vista maior veiculação de informações da UCTAMR, fomentando a criação de um costume na comunidade, tornando-se parte de sua rotina, buscando fazer-se presente nas discussões sobre a importância da doação de sangue. Contudo, coexistem desafios como a falta de apoio do governo municipal, a dependência que a UCTAMR tem do Hemocentro de Manaus além de não haver profissionais suficientes para que se dê conta das demandas do Banco de Sangue.

O discurso mais usado em campanhas é sobre a solidariedade, a valorização da vida humana, mas é preciso trabalhar para além destes valores, tais como o compromisso de cidadão, uma responsabilidade com a sociedade, nas campanhas é preciso ser apresentado que a necessidade da doação é um compromisso de todos endossado pela profissional de Serviço Social.

Como alternativa, o discurso da solidariedade poderia ser utilizado por várias empresas que pretendem demonstrar sua responsabilidade social, essa questão é propagada como forma de marketing social, que pode ser atrativo a empresas locais e com isso ganhar visibilidade e propagar os serviços da UCTAMR.

O serviço de captação da UCTAMR, mediado pela atuação da profissional de Serviço Social, tem conseguido manter o estoque de bolsas de sangue, mesmo diante de todas as dificuldades, mas é necessário procurar sempre novas formas de realizar o trabalho. É visível o desempenho da instituição na contribuição de muitas vidas que já precisaram de sangue vista como perspectivas.

Por fim, este trabalho foi realizado com o intuito de fortalecer a formação profissional no curso de Serviço Social. Por meio dele foi possível estabelecer aproximações a realidade em análise, buscar conhecer para além do aparente, com experiências que venham contribuir para uma formação mais madura no tocante ao exercício profissional. Ademais, se visa contribuir para aprimorar estudos sobre esta temática, que os resultados possam ser absorvidos e refletidos para contribuir com o serviço de captação do Banco de Sangue de Parintins e futuras pesquisas na área, a fim de que se consiga atingir os objetivos da instituição por meio dos serviços de captação mediados pelo Serviço Social.

REFERENCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília DF, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. **Manual de orientações para promoção da doação voluntária de sangue** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015.

FARIAS, J .R. **A Captação de Doadores no Centro de Hemoterapia do Pará**. 1995. Trabalho de conclusão de curso Serviço Social, Universidade da Amazônia, Pará, 1995.

JUNQUEIRA, Pedro C. **Historia da Hemoterapia no Brasil**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2011 Abr-Jun; 20(2): 384-91.

MEDEIROS, João Marcos. **Marketing Social e a Doação de Sangue**. Texto publicado no III Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas Cascavel, 18-22 de Outubro de 2004

RODRIGUES, R. S. M. **Projeto Escola [tese]: educando para a captação de doadores de sangue**. Florianópolis, SC, 2012.

RODRIGUES, R. S. M.; REIBNITZ, K. S. Estratégias de captação de doadores de sangue: uma revisão integrativa da literatura. **Texto Contexto Enfermagem**, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 384-391, 2011.

SANDRIN Roseli; Rosane Rodrigues; GOMES Josinete et. al. **Estratégias educativas para a promoção da doação voluntária de sangue**. In Manual de

Orientações para doação voluntária de sangue. Brasília, Ministério da Saúde, 2015

SILVA JUNIOR, Aluisio Gomes da; ALVES, Carla Almeida. **Modelos assistenciais em saúde.** In MOROSINI MVGC, CORBO ADA (Orgs). Modelos de atenção e a saúde da família. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz; 2007.P. 27-41. Disponível em:

<http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Material&MNU=&Tipo=1&Num=26>

Acesso em: 30 de agosto de 2016, 21:01:20

SOUZA, H. M. **Participação do governo e da sociedade na organização da hemorrede no Brasil.** Escola Brasileira de Hematologia [S.I.], v. 5, p. 1-6, 1998. Série de monografias.

TEIXEIRA, Rosemary Almeida de Oliveira. **Contextualização da captação de doadores na hemoterapia brasileira.** In_____ Manual de Orientações para Doação voluntária de sangue. Brasília, Ministério da Saúde, 2015

UBIALI, Eugênia Maria Amorim. **O Processo hemoterápico e as etapas do ciclo do sangue.** In: Manual de orientações para promoção da doação voluntária de sangue / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção a Saúde. 1. Ed., 1. Reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde 2015.

BARBOZA, Stephanie Ingrid Souza, COSTA, Francisco José da. **Marketing social para doação de sangue: análise da predisposição de novos doadores** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 30(7):1463-1474, jul, 2014

FARIAS, J .R. **A Captação de Doadores no Centro de Hemoterapia do Pará.** hemoterapia no Brasil e no exterior. Rio de Janeiro: UERJ, 2006. Tese (Doutorado) - instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2006.